

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO

PROJETO DE LEI Nº 3.827, DE 2025

Autoriza a construção e utilização de estandes de tiros particulares vinculados à pessoa física e dá outras providências.

Autor: Deputado MARCOS POLLON

Relator: Deputado RODOLFO NOGUEIRA

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 3.827, de 2025 (PL 3.827/2025), de autoria do Deputado Marcos Pollon, foi apresentado no dia 7 de agosto de 2025 e autoriza a construção, instalação e utilização de estandes de tiro particulares vinculados à pessoa física, com a finalidade de prática de tiro esportivo, recreativo, de treinamento, aperfeiçoamento técnico e demais atividades compatíveis com a legítima defesa e o exercício de direitos civis legalmente reconhecidos.

Em sua justificação, o autor argumenta que a proposta visa garantir ao cidadão de bem o direito de instalar e utilizar, em sua propriedade privada, estandes de tiro particulares, de forma segura, fiscalizável e eficiente. Ressalta que a medida busca preencher um vácuo normativo existente sobre a prática de tiro em propriedades privadas, hoje sujeita à insegurança jurídica e à excessiva discricionariedade administrativa. Defende que o projeto reforça os princípios da liberdade individual, da propriedade privada e da segurança pública, permitindo que o cidadão mantenha sua proficiência e domínio técnico sobre o armamento de maneira regular e responsável.



O despacho inicial determina a tramitação do projeto pelas Comissões de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado (CSPCCO), Desenvolvimento Urbano e Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), para exame da constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

A proposição está sujeita à apreciação conclusiva pelas comissões, tramitando pelo rito ordinário.

O PL 3.827/2025 foi recebido pela CSPCCO em 2 de setembro de 2025. Fui designado Relator na Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado no dia 17 de setembro de 2025.

Não foram apresentadas emendas ao texto original.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

O Projeto de Lei nº 3.827, de 2025, foi distribuído à Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado em função do que dispõe o artigo 32, inciso XVI, alíneas “c” e “d”, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD), que trata das matérias relativas à legislação sobre o uso e controle de armas de fogo no território nacional e à segurança pública interna.

Em função do previsto no parágrafo único do artigo 126 do RICD, ficaremos restritos à discussão de mérito, não adentrando eventuais questões de natureza constitucional, que serão apreciadas pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC).

O quadro da segurança pública no Brasil continua alarmante e desafiador. O *19º Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2025)* revela que, em 2024, foram registrados 917.748 roubos e furtos de celulares, um aumento de 13,4% em relação ao ano anterior, refletindo o avanço da criminalidade sobre o cotidiano das cidades. No mesmo período, os crimes de estelionato alcançaram 2.166.552 registros, com taxa de 1.019,2 ocorrências por 100 mil habitantes, demonstrando a expansão das fraudes digitais e o aumento da



vulnerabilidade dos cidadãos em meio à modernização tecnológica. Esses dados evidenciam que a criminalidade brasileira se torna cada vez mais complexa, conectada e de difícil enfrentamento, exigindo políticas integradas, inteligência e capacitação constante das forças de segurança.

Esse cenário, somado ao crescimento da sensação de insegurança, reforça a importância do direito à legítima defesa, assegurado pelo artigo 25 do Código Penal e compatível com os princípios constitucionais da liberdade e da inviolabilidade da vida (artigo 5º da Constituição Federal). O cidadão tem o direito de proteger sua vida, sua família e seu patrimônio.

É nesse contexto que o Projeto de Lei nº 3.827/2025 adquire especial relevância. A proposta autoriza a construção e o uso de estandes de tiro particulares, vinculados à pessoa física, de modo a permitir o treinamento regular, o aperfeiçoamento técnico e a prática esportiva. O texto preenche uma lacuna normativa existente sobre a prática de tiro em propriedades privadas, hoje submetida a interpretações arbitrárias, que acabam criminalizando condutas lícitas.

Diante do exposto, voto pela **APROVAÇÃO** do Projeto de Lei nº 3.827, de 2025, por entender que ele reforça o direito constitucional de defesa, garante segurança jurídica e contribui para o fortalecimento da segurança pública no Brasil.

Sala da Comissão, em de de 2025.

Deputado RODOLFO NOGUEIRA
Relator

